

Por derradeiro, à mingua de verossimilhança nas alegações dando conta de suposto prejuízo à competitividade decorrente da visita técnica, prevalece decisão do Órgão licitante quanto à obrigatoriedade, tendo em vista se tratar de medida com amparo no art. 30, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Pelo exposto, adstrito às questões ventiladas na inicial, indefiro os pedidos de suspensão do Pregão Eletrônico nº 21/2021 promovido pelo SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA – SAEE, sem prejuízo de oportuno exame da matéria sob rito ordinário, caso concretizada a avença e atendidos os pressupostos normativos de submissão compulsória do ato ao Órgão de Controle Externo.

Publique-se.
DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES
PROCESSO: 00008001.989.19-3
REQUERENTE/SOLICITANTE: MARCELO DE ARAUJO (CPF 148.596.948-48)

MENTIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA (CNPJ 45.780.095/0001-41)
ÓRGÃO DA ORIGEM: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA (CNPJ 51.278.885/0001-26)

ASSUNTO: Petição subscrita por Marcelo de Araújo e Denis Roberto Braghetti, vereadores da Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista, apresentando representação em face do prefeito municipal de Campo Limpo Paulista, comunicando possíveis irregularidades relativas à majoração da tarifa no transporte público coletivo em descumprimento da legislação municipal.

EXERCÍCIO: 2019
Sirva o presente expediente de subsídio à análise das contas de 2019 da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, tratada no TC-004854.989.19-1.

Publique-se.
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Processo: TC-015109.989.21-0
Representante: JEFERSON GUSTAVO AMBROSIO
Representada: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Responsáveis: MILTON DIMAS TADEU URBAN (Prefeito).
Objeto: Representação visando ao Exame Prévio do edital da Tomada de Preços nº 05/2021, Processo Administrativo nº 2685/2021, tendo por objeto a contratação de empresa especializada com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais de primeira qualidade, para construção de cobertura da portaria do Pátio Municipal.

Observação: data da sessão de abertura: 16 de julho de 2021. Autuação: 14 de julho 2021.

Vistos.
Representação formulada por JEFERSON GUSTAVO AMBROSIO, visando ao Exame Prévio do edital de Tomada de Preços nº 05/2021, Processo Administrativo nº 2685/2021, da Prefeitura Municipal de Pirassununga, tendo por objeto a contratação de empresa especializada com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais de primeira qualidade, para construção de cobertura da portaria do Pátio Municipal.

Certame instaurado nos termos da Lei nº 8666/93, consoante preâmbulo do instrumento convocatório em perspectiva.

Segundo relatado na peça inicial, autuada em 14 de julho de 2021, a sessão de abertura do torneio foi designada para o próximo dia 16 de julho.

O Representante aponta ilegalidade no orçamento estimativo, que teria desconsiderado a necessidade de inclusão de despesas indiretas (BDI) e diretas (placa indicativa da obra, mobilização, desmobilização e administração de canteiro) imprescindíveis à adequada remuneração para a realização das atividades licitadas.

Ainda quanto aos valores orçados, aponta dissonância entre a descrição dos itens de serviços contida no edital e as correspondentes definições presentes nas tabelas de referência de preços utilizadas (SINAP e FDE), o que ocultaria a imposição de tarefas à futura contratada sem a respectiva contrapartida financeira.

Acusa falta de memória de cálculo dos quantitativos consignados na planilha orçamentária, bem assim, insuficiência de elementos no projeto básico disponibilizado e ausência de projeto executivo das intervenções objetivadas, em suposto desacordo com os artigos 6º e 7º da Lei nº 8.666/93.

Impugna a exigência, para fins de habilitação técnico-operacional de licitantes, de apresentação de atestado de experiência anterior em atividade específica ("Estrutura metálica em arco para cobertura em fechamento em chapa de aço").

Ao comprovar a formulação de questionamentos correlatos perante a Administração, refuta as respostas ofertadas pelos responsáveis, com destaque aos argumentos de que, à margem da tecnicidade dos desacertos apontados, a pretensão deduzida encarceraria o custo total das obras e, por isso, inviabilizaria a sua execução, por se tratar de empreendimento financiado com recursos próprios.

Pede a retificação e complementação do edital impugnado. É a síntese.

Exame preliminar das alegações e do ato convocatório impugnado autoriza presunção de ofensa à Lei nº 8.666/93, e de inobservância à jurisprudência da Corte, recomendando seja dado curso à devida averiguação de possível embaraço à participação de fornecedores aptos à consecução dos objetivos almejados pela Administração.

Verifica-se que o interessado (Engenheiro Civil) manejou impugnação administrativa, e os fundamentos adotados pela municipalidade para rejeitá-la tangenciam os aspectos técnicos das queixas expostas, especialmente no que se refere à incompletude do projeto básico e do orçamento estimativo, em aparente desrespeito aos artigos 6º e 7º da Lei nº 8666/93 e reflexo prejuízo à elaboração de propostas.

Nestas particulares condições, considerando a noticiada proximidade da data designada (16 de julho de 2021) para o processamento do torneio, determino ao Prefeito Municipal de Pirassununga, nos termos do artigo 220 e seguintes do Regimento Interno, a suspensão da Tomada de Preços nº 05/2021, até ulterior deliberação deste Tribunal.

Caberá à autoridade responsável abster-se de promover correções no instrumento convocatório até julgamento definitivo da matéria, ressalvada a hipótese de anulação ou revogação do torneio, que, se efetivada, deverá ser imediatamente comunicada nestes autos e instruída com prova da respectiva publicação.

Notifique-se o órgão promotor do certame para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, providencie a juntada aos autos do inteiro teor do edital (ou certificação de que a versão apresentada pelo representante corresponde fielmente àquela divulgado à praça), acompanhado de informações sobre eventuais publicações, esclarecimentos, impugnações ou recursos administrativos, bem como de justificativas de interesse.

Nos termos do parágrafo único do artigo 221 do Regimento Interno, submetam-se as medidas ora adotadas, na primeira oportunidade, a referendo do egrégio Plenário.

Publique-se.
Processo: TC-014769.989.21-1
Representante: Roxana Jones Longo Raimo
Representada: Prefeitura de Sarapuí
Responsável: Gustavo de Souza Barros Vieira, Prefeito
Objeto: impugnação em face do edital de chamamento público nº 02/2021, que tem por objeto a "formalização de Termo de Colaboração para prestação de serviço de atendimento de atenção básica e pronto atendimento da Unidade Mista de Saúde de Sarapuí, atendimento de atenção básica do PAS do Distrito do Cocais e PAS do Bairro do Rodeio, gerenciamento administrativo da área médica da saúde municipal, auxílio em implantação de protocolos de atendimento e gerenciamento

da equipe da base descentralizada do SAMU, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Sarapuí, em caráter complementar".

Em exame: Pedidos de vista formulados por Marcus Vinicius Ibanez Borges, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 214.215 (protocolo nº 9480197, evento 09) e Daiane Tacher Cunha, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 389.126 (protocolo nº 9494746, evento 16), não constituídos nos autos
Defiro vista dos autos pelo prazo de 05 (cinco) dias, com fulcro no inciso XIII do artigo 7º da Lei Federal nº 8.096/04 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil).

Publique-se.
DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES
Processo: TC-015132.989.21-1
Representante: Original Comércio de Peças Ltda.
Representada: Prefeitura de Poá
Responsável: Márcia Teixeira Bin de Sousa, Prefeita
Objeto: impugnação em face do edital de pregão presencial nº 002/2021, que objetiva a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos, com fornecimento de peças, acessórios e transporte por guincho, compreendendo a implantação e operação de sistema informatizado com cartão magnético e chip integrado para gestão da frota, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, para atendimento aos veículos que compõem a frota da Prefeitura".

Regime de Licitação: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Sessão Pública: 16 de julho de 2021.
Data da Impugnação: 14 de julho de 2021.

Trata-se de representação formulada por Original Comércio de Peças Ltda. em face do edital de pregão presencial nº 002/2021, da Prefeitura de Poá, que objetiva a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos, com fornecimento de peças, acessórios e transporte por guincho, compreendendo a implantação e operação de sistema informatizado com cartão magnético e chip integrado para gestão da frota, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, para atendimento aos veículos que compõem a frota da Prefeitura", cuja sessão pública encontra-se designada para 16 de julho de 2021.

Crítica, exclusivamente, a exigência de cartão magnético com chip integrado, por entender que o escopo de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos municipais prescinde de tecnologia específica, que, ofertada por poucas empresas do ramo de negócios, restringiria o ambiente concorrencial.

Apresenta os mecanismos de segurança por ela adotados, a abranger senha pessoal e intransferível, perguntas aleatórias relativas aos dados cadastrais dos usuários e confirmação da idoneidade das informações pela operadora do sistema quando do acionamento da rede credenciada, metodologia que considera satisfatória ao desempenho dos serviços.

Sob alegação de ofensa aos ditames do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, queixa-se da ausência de estudos comparativos das soluções disponíveis em mercado, acrescentando que a automatização dos trâmites seria irrelevante, pois, ao contrário da lógica aplicada às demais modalidades de benefícios em créditos, a aprovação do orçamento de oficinas mecânicas sequer caberia ao motorista portador do cartão magnético, mas ao gestor do contrato.

Com esteio em precedentes jurisprudenciais, requer expedição de medida liminar suspensiva do torneio, para posterior ordem de retificação do edital, admissão de seu ingresso no páreo e realização de perícias técnicas voltadas à constatação das suscitadas desvantagens do método eleito.

É a síntese.
Análise preliminar das insurgências da autora autoriza presunção de que ao menos parte das disposições convocatórias promove afronta ao artigo 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e ao artigo 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/02.

É dizer, ao menos em juízo apriorístico, a ausência de alternativas viáveis para fornecimento de benefícios por meio de créditos em cartões sugere possível óbice à universalidade da disputa, recomendando seja dado curso à devida averiguação.

Veja-se, nesse sentido, excerto da decisão exarada nos autos do TC-000644.989.15-4:

"(...) o tema de fundo é o mesmo debatido quando da análise de licitações voltadas à contratação do gerenciamento de vales alimentação e refeição, hipóteses em que o modelo adotado por algumas Administrações igualmente prioriza tecnologia de domínio nem sempre tão amplo.

Ou seja, embora distintos os objetivos, os meios de fornecimento escolhidos têm sido os mesmos: créditos dispostos em cartões dotados de chip eletrônico.

Ao menos por ora, eventuais aspectos de segurança virtual e controle de fraudes não têm servido para validar conteúdos pautados exclusivamente no referido tipo de cartão, mais ainda em função da orientação dada em precedentes da espécie, cuja solução intermediária ainda me parece a mais razoável para conciliar essas preocupações da Administração com a forma de disputa mais isonômica." (Egrégio Plenário, sessão de 25 de fevereiro de 2015, Relator eminente Conselheiro Renato Martins Costa. Acórdão publicado no DOE em 17 de março de 2015, com trânsito em julgado em 1º de abril de 2015.)

Nestas particulares condições, considerando que 16 de julho próximo é a data designada para realização da sessão pública, recebo a matéria para processamento sob o rito de Exame Prévio de Edital, na conformidade do artigo 220 e seguintes do Regimento Interno, e determino suspensão do pregão presencial nº 002/2021, lançado pela Prefeitura de Poá.

Determino, ainda, que a autoridade responsável abstenha-se de recepcionar medidas corretivas no instrumento convocatório até deliberação definitiva desta Corte, ressalvada a hipótese de anulação ou revogação do torneio, que, se efetivada, deverá ser imediatamente comunicada no processo, com o encarte de prova da respectiva publicação.

Notifique-se a Prefeita de Poá para que encaminhe a este Tribunal, em 48 (quarenta e oito) horas, inteiro teor do edital (ou certificação de que a versão apresentada pela representante corresponde fielmente ao original), acompanhado de informações sobre eventuais publicações, esclarecimentos, impugnações ou recursos administrativos, como também razões de interesse.

A íntegra dos autos poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução nº 01/2011.

Nos termos do artigo 221, parágrafo único, do Regimento Interno, submetam-se as medidas ora adotadas, na primeira oportunidade, a referendo do Egrégio Plenário.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: 00001028.989.21-8 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDOES ADVOGADO: RONALD DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB/SP 456.237) BENEDITO RODRIGUES DA SILVA FILHO ADVOGADO: ALAN DE LIMA (OAB/SP 287.297) ASSUNTO: Acompanhamento Especial - Covid-19 - Exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-07 PROCESSO PRINCIPAL: 6738.989.20-1 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Junho/2021 (evento 63), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº

13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização trará notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.
PROCESSO: 00001484.989.21-5 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI PREFEITO: IGOR SOARES EBERT ASSUNTO: Acompanhamento Especial COVID 19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: DF-05 PROCESSO PRINCIPAL: 7264.989.20-3 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Junho/2021 (evento 72.6), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização trará notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.
PROCESSO: 00001685.989.21-2 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAO DA BOA VISTA PREFEITA: MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA ADVOGADOS: FILIPE DE FREITAS RAMOS PIRES (OAB/SP 298.589) / RODRIGO ANTONIO DO PRADO (OAB/SP 351.459) ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-19 PROCESSO PRINCIPAL: 7238.989.20-6 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Junho/2021 (evento 98.7), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização trará notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.
PROCESSO: 00001689.989.21-8 INTERESSADOS: JOSUE RICARDO LOPES PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO ADVOGADOS: CAROLINA MANTOVANI BOVI ZANESCO (OAB/SP 213.628) / VALMIR APARECIDO GUINATO (OAB/SP 358.583) ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-19 PROCESSO PRINCIPAL: 7159.989.20-1 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização nos Relatórios de Acompanhamento Especial – COVID – referentes aos meses de Abril, Maio e Junho de 2021 (evento 73), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/09, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização trará notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.
PROCESSO: 00001691.989.21-4 INTERESSADOS: AMARILDO DUZI MORAES PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL ADVOGADOS: DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136) ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-19 PROCESSO PRINCIPAL: 7034.989.20-2 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização nos Relatórios de Acompanhamento Especial – COVID – referentes aos meses de Maio e Junho de 2021 (evento 78), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização trará notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.
PROCESSO: 00002284.989.21-7 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LUIZ DO PARAITINGA PREFEITA: ANA LÚCIA BILARD SICHERLE ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO PRINCIPAL: 6999.989.20-5 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Junho/2021 (evento 92.3), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização trará notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.
PROCESSO: 00002288.989.21-3 INTERESSADOS: ANDERSON JOSE MENDONCA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PINHAL ADVOGADO: DONERY DOS SANTOS AMANTE (OAB/SP 295.096) ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO PRINCIPAL: 6990.989.20-4 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Junho/2021 (evento 86), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização trará notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.
PROCESSO: 00003119.989.20-0 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA AYRES SCORSATTO ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: DF-04 PROCESSO PENDENTE: 00014504.989.20-3 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 41) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, encaminhe-se à ATJ para manifestação e, posteriormente, dê-se vista ao d. MPC. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00003505.989.20-2 INTERESSADOS: CAMARA MUNICIPAL DE ITAI ADVOGADO: DAIANE CHRISTIAN ARAUJO (OAB/SP 251.539) RONALDO APARECIDO DOS SANTOS ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-16 Acolho proposta do d. Ministério

Público de Contas (evento 41.01) e notifico os interessados acima nomeados para apresentarem justificativas acerca da devolução de valores recebidos a título de duodécimos citada no item 8.1.1 do Relatório de Fiscalização (evento 19.29), no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00003635.989.20-5 INTERESSADOS: CAMARA MUNICIPAL DE ROSANA GENILTON FRANCISCO DE PAULA ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-05 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 20.29) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, dê-se vista ao d. MPC. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00003728.989.20-3 ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE ANHEMBI ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-10 Evento 30.01. Concedo o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório para providenciar.

Publique-se.
PROCESSO: 00004493.989.21-4 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI ADVOGADO: THAIS NOVAES RIBEIRO (OAB/SP 375.404) INTERESSADO(A): SIDINEI APARECIDO RIBEIRO ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID - 19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-12 PROCESSO PRINCIPAL: 6748.989.20-9 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de junho/2021 (evento 78), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização trará notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publique-se.
PROCESSO: 00007242.989.20-0 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA ADVOGADO: ADRIANO PUCINELLI (OAB/SP 132.731) / DANIEL FERNANDES DE FREITAS (OAB/SP 265.992) / PAOLA DONATA CELINO PAIOLA (OAB/SP 283.113) ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-06 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00001559.989.21-5, 00007001.989.21-9 Notifico os interessados, acima nomeados, para que tomem conhecimento do quanto apontado no Relatório de Acompanhamento relativo ao 1º Quadrimestre (evento 19.38), elaborado pela Unidade Regional de Ribeirão Preto (UR-6), alertando-os de que os aspectos abordados e eventual regularização das falhas apontadas serão sopesados quando da emissão do parecer sobre as referidas contas. O conteúdo desse despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00012931.989.17-2 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU ADVOGADO: ANGELA MARIA DE BERNARDI JOLSKESKY DE ALMEIDA (OAB/SP 103.695) CONTRATADO(A): TETO CONSTRUTORA S/A INTERESSADO(A): ANTONIO LUIZ CARVALHO GOMES (Prefeito. Responsável pela homologação e assinatura do contrato) ADVOGADO: CLAUDIA RATTES LA TERZA BAPTISTA (OAB/SP 110.820) / GIANPAULO BAPTISTA (OAB/SP 177.061) / MONICA LIBERATTI BARBOSA HONORATO (OAB/SP 191.573) / FERNANDA DE AVILA E SILVA (OAB/SP 361.634) Responsável da contratada: Luis Fernando Palma da Fonseca ASSUNTO: Edital nº 102/2013; Concorrência nº 5/2013; Contrato nº 152/2013, de 8/10/2013, tendo por objeto a execução de serviços de engenharia de construção do Ginásio Esportivo no Jardim Bom Viver, entre as Ruas Brinco de Princesa, com a Rua Camomila e Rua Calêndula, s/nº, na cidade de Itu - SP PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00004711.989.17-8, 00012968.989.17-8, 00012971.989.17-3, 00012974.989.17-0, 00012985.989.17-7, 00012988.989.17-4, 00013022.989.17-2, 00013031.989.17-1, 00002215.989.19-5, 00002219.989.19-1, 00002224.989.19-4, 00009299.989.19-4, 00014417.989.19-1, 00020821.989.19-1, 00021711.989.19-4, 00008768.989.20-4, 00016922.989.20-7, 00020204.989.20-6, 00022492.989.20-7, 00023872.989.20-7, 00006430.989.21-0 PROCESSO: 00004711.989.17-8 REPRESENTANTE: TETO CONSTRUTORA S/A ADVOGADO: ROGERIO DONIZETTI CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB/SP 156.984) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU ADVOGADO: ANGELA MARIA DE BERNARDI JOLSKESKY DE ALMEIDA (OAB/SP 103.695) INTERESSADO(A): GUILHERME DOS REIS GAZZOLA ADVOGADO: FRANCISCO ANTONIO M RODRIGUEZ (OAB/SP 113.591) ASSUNTO: Supostas irregularidades praticadas no âmbito da Prefeitura Municipal de Itú, relacionadas à execução do contrato derivado da Concorrência Pública nº 05/2013, para a construção de ginásio esportivo no Jardim Bom Viver, cujo andamento, em razão de atrasos nos repasses das verbas federais, teria sofrido prejuízos que ensejaram seu pedido de revisão/reajustamento de preços, negado pela Administração. PROCESSO PRINCIPAL: 12931.989.17-2 PROCESSO: 00012968.989.17-8 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU ADVOGADO: ANGELA MARIA DE BERNARDI JOLSKESKY DE ALMEIDA (OAB/SP 103.695) CONTRATADO(A): TETO CONSTRUTORA S/A INTERESSADO(A): Autoridade que assinou o instrumento: ANTONIO LUIZ CARVALHO GOMES (Prefeito) ADVOGADO: CLAUDIA RATTES LA TERZA BAPTISTA (OAB/SP 110.820) / GIANPAULO BAPTISTA (OAB/SP 177.061) / MONICA LIBERATTI BARBOSA HONORATO (OAB/SP 191.573) / FERNANDA DE AVILA E SILVA (OAB/SP 361.634) Responsável da contratada: Luis Fernando Palma da Fonseca ASSUNTO: Concorrência nº 5/2013; Contrato nº 152/2013; 1º Termo Aditivo, de 17/6/2014, tendo por objeto prorrogação do prazo da execução das obras (até 20/2/2015) e da vigência contratual (até 7/6/2015) PROCESSO PRINCIPAL: 12931.989.17-2 PROCESSO: 00012971.989.17-3 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU ADVOGADO: ANGELA MARIA DE BERNARDI JOLSKESKY DE ALMEIDA (OAB/SP 103.695) CONTRATADO(A): TETO CONSTRUTORA S/A INTERESSADO(A): Autoridade que assinou o instrumento: ANTONIO LUIZ CARVALHO GOMES (Prefeito) ADVOGADO: CLAUDIA RATTES LA TERZA BAPTISTA (OAB/SP 110.820) / GIANPAULO BAPTISTA (OAB/SP 177.061) / MONICA LIBERATTI BARBOSA HONORATO (OAB/SP 191.573) / FERNANDA DE AVILA E SILVA (OAB/SP 361.634) Responsável da contratada: Luis Fernando Palma da Fonseca ASSUNTO: Concorrência nº 5/2013; Contrato nº 152/2013; 3º Termo Aditivo, de 04/02/2015, tendo por objeto prorrogação do prazo da execução das obras (até 20/10/2015) e da vigência contratual (até 07/04/2016) PROCESSO PRINCIPAL: 12931.989.17-2 PROCESSO: 00012985.989.17-7 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 16 de julho de 2021 às 05:02:13

